TEXTO PARA DISCUSSÃO-I

"A PROPÓSITO DO PROJECTO GOVERNAMENTAL DE REFORMA DO ENSINO"

(aprovado por unanimidade na Assembleia da Fac. de Medicina de Coimbra em 15 de Fevereiro de 1971)

Numa altura em que as necessidades capitalistas de expansão, concentração e exploração mais racionalizada da mão de obra portuguesa e africana, se fazem sentir através de uma medida aparentemente neutra - a Reforma do Ensino - impõe-se que as grandes massas estudantis tomem conhecimento das razões e interesses que levam o capital, através do seu porta-voz - o Governo - a fazer tal projecto. Efectivamente, a economia portuguesa até ao início da década de 60 era uma economia essencialmente de carácter agrícola, tendo a Universidade como função específica a formação de quadros burocráticos que preenchessem e pusessem em funcionamento a máquina estatal, dando-se especial importância aos cursos de Direito e Letras; porém as necessidades de competição com o mercado internacional, e a entrada de Portugal na EFTA em 1958 obrigam a que o capitalismo português siga novos rumos intensificando odesenvolvimento industrial. Esta nova política económica que já tinha as suas raizes nas medidas infraestruturais necessárias ao início do processo de industrialização lançadas depois da segunda guerra mundial, encontram a Universidade inadaptada às suas novas necessidades (formação de quadros técnicos). O capital sente assim necessidade de reformar o ensino e de dar especial importância aos cursos técnicos (Medicina, Engenharia, Económicas). E por a reforma não ser neutra (e uma reforma nunca poderá estar acima das classes dado que o ensino também não está como já vimos), a discussão para ser correcta terá de ser necessáriamente política, atender às relações entre as várias classes e abordar as razões e os interesses que uma medida destas irá servir. Se pretendermos discuti-la em termos institucionais, ponto por ponto, aspecto por aspecto, introduzindo alterações, a única coisa que conseguiremos com isso será reformar a reforma, contribuindo para que da Universidade saiam melhores técnicos que farão com que as máquinas, as fábricas e os operários produzam mais lucro para o gáudio da classe detentora dos meios de produção, para gáudio da burguesia.

Também não podemos forçar as estatísticas e concluir que efectivamente Portugal é um país agrícola não necessitando a classe dominante de fazer qualquer reforma, devendo portanto ela ser considerada como uma manobra que faz parte da demagogia liberalizante do Governo.

Não, a reforma não é demagógica!

Basta olharmos as estatísticas:

Valor em 10^6 escudos

	PAB	% do PNB	P_nAB	% do PNB
1947	10.986	31,4	24.020	68,6
1950	12.202	32,0	25.967	68,0
1953	13.230	31,0	29.481	69,0
1956	12.979	26,7	35.659	73,3
1959	13.271	24,4	41.161	75,6
1961	13.943	22,2	48.845	77,8

PAB-produto agrícola bruto
P_nAB-produto não agrícola bruto
PNB-produto nacional bruto

Assim, já entre 1947 e 1961 a importância da agricultura no PNB foi diminuindo, sendo no entanto importante notar que foi precisamente depois de 1961 que se notou o mais forte impulso industrializador.

Assim, enquanto em 1956 a agricultura, silvicultura e pesca representavam 29,6% do PNB, em 1965 representavam só 21,4% e em 1967, 18,4%.

A indústria e construção em 1956 representavam 31,7% do PNB, em 1965 38,6% e em 1967, 40,2%.

Paralelamente a isto, a classe operária entre 1940 e 1960 aumentou em mais de 100%.

Como interpretar então a Reforma do Ensino?

Demagogia liberalizante? A Reforma, e isto que fique duma vez para sempre, é a continuação lógica duma política declaradamente virada para a industrialização e visa aumentar a produtividade e racionalizar a exploração da mão de obra portuguesa e africana.

Colegas:

- Rejeitemos posições anti-científicas na interpretação da Reforma.
- Denunciemos o carácter de classe do ensino.
- Levemos a discussão da reforma às Assembleias Magnas.

Assembleia da Faculdade de Medicina